



**Fórum da Gestão
do Ensino Superior
nos Países e Regiões
de Língua Portuguesa**

**5ª Conferência FORGES
Universidade de Coimbra, Portugal
18, 19 e 20 de Novembro de 2015**

Autonomia e os Modelos de Governo e Gestão das Instituições de Ensino Superior
3. Governo, Organização e Financiamento das Instituições de Ensino Superior

**Formas de organização e agrupamento das Instituições de Ensino Superior
portuguesas: uma abordagem multivariada^{1,2}**

Andreia Dionísio (andreia@uevora.pt), Departamento de Gestão, Escola de Ciências Sociais, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7004-516 Évora, Portugal

Conceição Rego (mcpr@uevora.pt), Departamento de Economia, Escola de Ciências Sociais, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7004-516 Évora, Portugal

Isabel Joaquina Ramos (iar@uevora.pt), Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Escola de Ciências e Tecnologia, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7004-516 Évora, Portugal

Maria da Saudade Baltazar (baltazar@uevora.pt), Departamento de Sociologia, Escola de Ciências Sociais, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7004-516 Évora, Portugal

Maria Raquel Lucas (mrlucas@uevora.pt), Departamento de Gestão, Escola de Ciências Sociais, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7004-516 Évora, Portugal

Resumo

As Instituições de Ensino Superior (IES) localizam-se ao longo de todo o território português. Contudo, nem as IES são idênticas nem os territórios que as acolhem são semelhantes. Desde

¹ Os autores agradecem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e FEDER / COMPETE (concessão PEst-C/EGE/UI4007/2013).

² Com o apoio financeiro da FCT/MEC através de fundos Nacionais e quando aplicável co-financiado pelo FEDER no Âmbito do acordo de parceria PT2020.

logo, do ponto de vista formal, as IES são diferentes uma vez que estão enquadradas nos subsistemas público e privado, universitário e politécnico. Por outro lado, estudos anteriores efectuados pelas autoras, com base no Índice de Desenvolvimento Regional – que agrupa diferentes variáveis em três dimensões: Coesão, Competitividade e Qualidade Ambiental – revelam diferenças de desenvolvimento entre as regiões portuguesas que vão para além das mais convencionais distinções entre Norte e Sul, Interior e Litoral ou ainda Urbano e Rural. Foram encontrados quatro *clusters* que evidenciam o comportamento distinto das várias regiões.

A partir desses estudos, pretende-se agora verificar de que forma as IES acompanham (ou não) esta “nova geografia” do território nacional, ou seja, importa verificar se as diferenças entre as IES se revelam quando se consideram as suas características, dando origem a grupos distintos.

Para tanto, propõe-se estudar a rede de estabelecimentos de ensino público, utilizando os métodos da análise estatística multivariada, por um lado para verificar as similitudes entre as IES e, por outro, para identificar as principais variáveis que distinguem os (potenciais) grupos de instituições. O conhecimento destas características permite caracterizar melhor o sistema público de ensino superior português bem como as semelhanças entre as diversas instituições. O estudo desenvolvido mostra que as IES públicas portuguesas podem agrupar-se em 3 *clusters*, de acordo com a respectiva dimensão, as quais ocupam de forma distinta o território, podendo ser estabelecida uma correspondência genérica entre a dimensão das IES e a densidade do território onde estão localizadas.

Palavras-chave: Análise estatística multivariada, Desenvolvimento Territorial, Instituições de Ensino Superior

Introdução

A educação ocupa uma função essencial no desenvolvimento do capital humano em qualquer sociedade, e muito em particular quando se questiona o futuro da mesma, suas principais prioridades e valores que se pretende que sejam as orientações para médio e longo prazo. A intrínseca relação entre educação e desenvolvimento, que tende a traduzir-se em correlações significativamente positivas, pressupõe afirmar que o nível médio de educação que um determinado país atinge está relacionado com o seu nível de desenvolvimento económico e social. “O acesso à educação, que é um direito humano básico, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança é também um investimento estratégico no desenvolvimento. A mente humana é que torna possível todos os outros resultados de desenvolvimento, desde os avanços na saúde e inovação agrícola à construção de infraestruturas e ao crescimento do sector privado” (World Bank Group, 2011, p.5).

Neste contexto, e quando se equaciona a construção de um ambiente favorável à melhoria dos indicadores de desenvolvimento, o papel das IES assume um lugar de destaque, por contribuir para a *performance* económica dos territórios, da coesão social, respeito pelo ambiente e participação democrática (Bergan, 2011). As formas de interação bem sucedidas entre IES e território têm vindo a ser analisadas também por outras instituições, como é o caso dos trabalhos promovidos pela OCDE³, e por diversos autores, dos quais se destacam os estudos coordenados por J. Goddard⁴. Em Portugal também são já numerosos os trabalhos que incidem sobre os efeitos territoriais das IES, quer sejam universidades ou institutos politécnicos (entre muitos outros, Fernandes (2009), Mourato *et al.* (2012) e Rego *et al.* (2013)).

Esta é uma tendência que é tida como recente nos estudos de desenvolvimento regional; contudo, são diversos os mecanismos identificados nestas formas de relacionamento, como

³ Especificamente através do “Programme on Institutional Management in Higher Education” (http://www.oecd.org/about/0,3347,en_2649_35961291_1_1_1_1_1,00.html).

⁴ Em <http://www.ncl.ac.uk/curds/people/profile/john.goddard> é possível aceder a várias publicações e estudos que demonstraram a significativa interação entre IES e territórios envolventes.

sejam os *outputs* ou funções das IES nos territórios, identificadas por Drucker & Godstein (2007) e que se ilustra a seguir (Figura 1):



Figura 1. Funções das IES
Fonte: Adaptado de Drucker & Godstein (2007)

Considerando as funções de ensino, investigação e desenvolvimento e de extensão universitária executadas pelas IES assim como as funções fulcrais ao nível do desenvolvimento regional, nomeadamente a inovação e o conhecimento, cultura da comunidade e a sustentabilidade e ainda a capacidade de fomentar sinergias entre estes domínios, está-se perante as condições necessárias para gerar novas fontes de valor acrescentado para os territórios (Goddard & Chatterton, 2003 *apud* OCDE, 2007).

Segundo Bergan (2011), as IES são tidas como um fator-chave no desenvolvimento de sociedades modernas construídas sobre o pressuposto fundamental dos valores europeus da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito. Também é sublinhado o papel fundamental do ensino superior no desenvolvimento da capacidade das nossas sociedades para conduzir o diálogo intercultural, isto é, preparam para a cidadania, para o desenvolvimento pessoal, bem como para o emprego.

Com vista à persecução deste desígnio, as IES podem utilizar privilegiadamente os contactos existentes com o exterior (pelo modo como desempenham as suas funções, em particular através das relações internacionais que estabelecem) e assim incentivar a integração global dos agentes económicos locais, condição essencial à melhoria da competitividade territorial. O ensino superior contribui decisivamente no desenvolvimento dos cidadãos e das sociedades

modernas, uma vez que potencia o desenvolvimento social, cultural e económico, a cidadania ativa e os valores éticos, o que remete desde logo para a necessidade de olhar para a responsabilidade pública no domínio do ensino superior, em que as autoridades públicas têm uma responsabilidade global na definição de políticas educativas coerentes.

Nesta perspectiva, o estudo foi conduzido de modo a analisar a rede de estabelecimentos de ensino superior público em Portugal, para verificar as similitudes entre as IES, compreendendo o contexto, os processos e os factores que definem as distintas tipologias e, também, identificar as principais variáveis que distinguem os (potenciais) grupos de instituições. Para tal procedeu-se ao levantamento de informação, de acesso público, relativa às IES, a qual foi, posteriormente, analisada. Os resultados, ao permitirem caracterizar melhor o sistema público de ensino superior português contribuem para um mais correto conhecimento das semelhanças entre as várias IES.

1. Formas de Organização e Tipologias da IES

O sistema de ensino superior em Portugal tem vindo a crescer e a diversificar-se nas últimas décadas, em particular com a expansão do subsistema universitário e a criação do ensino superior politécnico, após 1974 e, mais recentemente, com a designada “Reforma de Bolonha”. Neste momento, a rede de IES portuguesas públicas é constituída por 13 universidades, 15 institutos politécnicos, 4 escolas superiores militares, 3 escolas superiores de enfermagem (autónomas de outras instituições), uma escola superior de hotelaria e uma escola superior no âmbito da Marinha mercante. Na sua totalidade, estes estabelecimentos eram frequentados por 294 882 estudantes (no ano lectivo 2013/2014⁵), nos diversos ciclos de estudos. As IES públicas estão localizadas em todo o país, em geral nas cidades com funções de capitais regionais (*cf.* Figura 2), tendo um padrão de ocupação do território mais disperso que as instituições privadas, concentradas sobretudo nas áreas metropolitanas.

⁵ Este valor não inclui os alunos da Universidade Aberta.

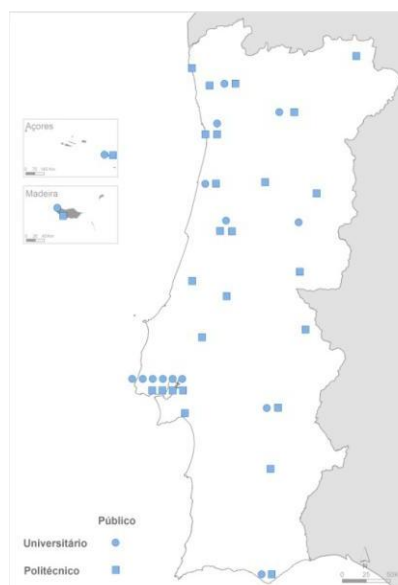


Figura 2. Mapa das IES públicas portuguesas
 Fonte: Fonseca & Encarnação (2012, p. 21)

A Lei 62/2007, de 10 de setembro, estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. Entre outros, a lei consagra como missão das IES (art.º 2º) a qualificação de alto nível dos portugueses, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, num quadro de referência internacional, a par do direito e do dever de participar, isoladamente ou através das suas unidades orgânicas, em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico.

As IES estão organizadas em ensino público (sobre o qual o presente estudo incide) e ensino privado, num sistema binário – ensino universitário e ensino politécnico. O primeiro orienta-se para a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação e o segundo concentra-se em formações vocacionais e formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente. Pretende-se assim dar uma resposta diversificada às diferentes necessidades dos que terminam o ensino secundário e dos que procuram cursos vocacionais e profissionais e aprendizagem ao longo da vida (art.º 3º da referida Lei).

O ensino universitário inclui as universidades⁶, os institutos universitários e outras instituições de ensino universitário e o ensino politécnico inclui os institutos politécnicos e

⁶ Inclui a Universidade Aberta e as instituições de ensino superior militares e policiais.

outras instituições de ensino politécnico. Nos termos da lei, no que se refere ao ensino universitário, apenas as universidades e os institutos universitários conferem os graus de licenciado, mestre e doutor. As demais instituições de ensino universitário bem como as instituições de ensino politécnico conferem apenas os graus de licenciado e de mestre.

As instituições de ensino superior públicas têm autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado, com a diferenciação adequada à sua natureza (*idem*, artº 11º), sendo no entanto financiadas e apoiadas pelo Estado (de acordo com o estabelecido em lei especial para o efeito), a quem cabe o reconhecimento do interesse público da IES em causa.

Quanto à governança, ou modo como os sistemas e as instituições de educação superior são organizados e geridos (OCDE, 2008) também é diversificada. Ainda que o enquadramento legislativo seja o mesmo, as estruturas, relações e processos que permitem o desenvolvimento, aplicação e revisão das políticas para a educação superior, podem ser diferentes. Também é diferente a base de recrutamento e composição demográfica do corpo estudantil (Urbano, 2011) e o nível de competição entre instituições (Amaral & Magalhães, 2007). Para Fielden (2008) e para o CNE (2013) existem diferentes estruturas, processos e atividades envolvidos no planeamento e direção das instituições e das pessoas que trabalham na educação superior. Complexa é a rede de fatores que influenciam a tipologia das IES, desde a estrutura, às características das instituições e à forma como se relacionam com o sistema, passando pelo modo como se financiam e pela forma como determinadas estruturas menos formais se relacionam e influenciam o seu comportamento (OCDE, 2003; CNE, 2013).

O que singulariza uma IES não é o que faz mas como o faz, ou seja, o modo de produção e disseminação do conhecimento e a sua relação com o ambiente externo (Trigueiro, 1995). Para Bundt (2000), pela sua natureza intrínseca, uma IES desempenha um papel estratégico fundamental na configuração social e no desenvolvimento. A este respeito, são vários os estudos realizados sobre o seu impacto económico, quer a nível internacional (Caffrey & Isaacs, 1971, Yserte & Rivera, 2008, Rolim & Serra, 2009) quer nacional (Fernandes, 2009; Mourato *et al.*, 2012).

2. Análise de Dados e Resultados

Uma análise detalhada das características fundamentais e das semelhanças existentes entre as IES públicas portuguesas exigiria que se estudassem as suas diversas funções (ensino, investigação e extensão) bem como outros indicadores relativos à procura que se dirige às IES, à forma como se financiam ou como se estruturam em termos organizacionais e se posicionam no contexto nacional e internacional. Contudo, o caso da análise que se segue baseia-se, predominantemente, num conjunto de variáveis a que foi possível aceder através dos dados estatísticos disponíveis a partir da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência⁷. Os dados foram recolhidos para todas as IES públicas e, preferencialmente, para o ano lectivo 2013/2014. As variáveis disponíveis, que remetem o nosso estudo para características essencialmente ligadas à dimensão das IES, foram as seguintes: Número de Vagas, Número de Candidatos (Total), Número de alunos inscritos no 1º ano, pela 1.ª vez, através de todos os regimes, Número de alunos Inscritos (Total de alunos matriculados), Número de Diplomados (em 2012/2013, para todos os ciclos de estudos no ensino superior), Número de docentes, Número de cursos por ciclo de estudos (1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo, Outros – Especializações pós-licenciatura) e Total das despesas pagas nos Orçamentos das IES (2014). O facto de não estar disponível o mesmo conjunto de dados para todas as IES públicas fez com que não fosse possível integrar na análise as seguintes instituições: a Academia da Força Área, a Academia Militar, a Escola Naval e o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, por não existirem dados suficientes para a análise dos mesmos. Por outro lado, também não foram integradas na análise as variáveis Número de cursos de 3.º ciclo (os Institutos Politécnicos não possuem este grau de ensino) e Total das despesas pagas nos Orçamentos das IES (2014), dado que relativamente a diversas IES não foi encontrada informação disponível. Não foi incluída na análise a Universidade Aberta, uma vez que a respectiva metodologia de ensino (*e-learning*) não permite localizá-la numa região em concreto.

Em termos metodológicos, o estudo que se apresenta baseou-se em técnicas de análise estatística multivariada: análise de *clusters* e análise discriminante. A análise de *clusters* é uma técnica exploratória de análise multivariada de dados que permite classificar um conjunto de categorias em grupos homogéneos, observando apenas as similaridades ou

⁷ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/18/>.

dissimilaridades entre eles. Com vista a validar a análise de *clusters*, realizou-se a análise discriminante linear. Este tipo de análise é inferencial, permitindo identificar quais as variáveis que apresentam poder discriminante estatisticamente significativo, assim como o número de equações discriminantes necessário para distinguir os *clusters* em análise.

Neste caso em concreto, para que grupos de instituições distintas possam ser agrupadas segundo a sua similaridade, parece ser esta a técnica que ajudará a explicar o processo. A aplicação desta técnica em nada irá depender de qualquer característica da estrutura do agrupamento das IES, baseando-se, tão simplesmente, em medidas de semelhança ou de distância que poderá existir entre as diferentes instituições (dentro das variáveis a analisar) e na escolha de critérios de agregação.

Para tal, podem ser utilizados métodos hierárquicos, que obrigam ao cálculo de uma matriz de semelhanças/distância ou os não hierárquicos, que obrigam ao cálculo diretamente sobre os dados originais e que partem de uma repartição inicial dos indivíduos por um número de grupos pré-definido. Para este estudo fez-se recurso aos dois métodos de agrupamento pois cada método permite conclusões diferentes que ajudam a compreender melhor as variáveis em estudo.

Os resultados da análise de *clusters*, tendo sido utilizados os métodos hierárquico e não hierárquico, são coincidentes e apontam para a existência de 3 *clusters* que são apresentados na seguinte Tabela (Tabela 1).

Tabela 1. Clusters obtidos com as variáveis referentes à dimensão para os IES

Clusters	Instituições de Ensino Superior
UIPES	U. Açores, U. Algarve, U. Beira Interior, U. Évora, U. Trás-os-Montes e Alto Douro, U. Madeira, ISCTE-IUL, IP Beja, IP Cávado e Ave, IP Bragança, IP Castelo Branco, IP Coimbra, IP Guarda, IP Leiria, IP Portalegre, IP Santarém, IP Setúbal, IP Viana do Castelo, IP Viseu, IP Tomar, ESE Coimbra, ESE Lisboa, ESE Porto, ES Náutica Infante D. Henrique, ES Hotelaria e Turismo do Estoril
UIP	U. Aveiro, U. Coimbra, U Nova de Lisboa, U Minho, IP Lisboa, IP Porto
U	U Porto, U Lisboa

Fonte: Elaboração própria

Da análise da Tabela 1 verifica-se que:

- existe um *cluster* composto por apenas 2 IES, universidades, (designado por U), coincidentes com as áreas metropolitanas;
- um segundo *cluster* com 6 IES (designado por UIP), onde estão incluídas universidades e institutos politécnicos localizados quer nas áreas metropolitanas quer em cidades de média dimensão do litoral português;
- e um terceiro *cluster* onde se encontram as restantes 25 IES analisadas (designado por UIPES), as quais estão dispersas ao longo do todo o território, de norte a sul, do litoral ao interior do país.

Esta organização das IES, nestes *clusters*, permite concluir que as IES de maior dimensão estão localizadas nas áreas urbanas também mais populosas (desta regra exceptuam-se, naturalmente, as escolas especializadas numa determinada área de estudos).

As estatísticas referentes a cada grupo demonstram que cada grupo se diferencia claramente no que toca à dimensão a variados níveis⁸ (cf. Tabela 2).

Tabela 2. Análise descritiva dos grupos (*clusters*) de IES e da amostra total

Análise de Clusters - critério de ward		Média	Desvio-padrão	Amostra
Cluster 1	N.Vagas	944.00	552.493	25
	N.Candidatos	459.80	348.652	25
	N.AlunosincI	840.40	517.058	25
	N.AlunosinscT	4270.84	2641.569	25
	N.Diplomados	1063.16	637.810	25
	N.Docentes	377.52	214.250	25
	Cursos1C	30.12	17.857	25
	Cursos2C	25.00	19.070	25
Cluster 2	N.Vagas	2780.00	411.550	6
	N.Candidatos	2504.33	693.223	6
	N.AlunosincI	3067.33	622.556	6
	N.AlunosinscT	17697.83	3997.324	6
	N.Diplomados	3620.33	1027.548	6
	N.Docentes	1389.83	233.421	6
	Cursos1C	50.17	21.236	6
	Cursos2C	85.17	38.259	6
Cluster 3	N.Vagas	5910.50	2475.581	2

	N.Candidatos	6953.50	82.731	2
	N.Alunosinc1	6144.50	2553.363	2
	N.AlunosinscT	40382.50	11990.410	2
	N.Diplomados	8811.00	1674.429	2
	N.Docentes	3176.50	891.662	2
	Cursos1C	61.50	37.477	2
	Cursos2C	184.50	43.134	2
Total	N.Vagas	1578.82	1484.926	33
	N.Candidatos	1225.09	1726.783	33
	N.Alunosinc1	1566.76	1615.217	33
	N.AlunosinscT	8900.70	10267.618	33
	N.Diplomados	1997.67	2152.906	33
	N.Docentes	731.21	787.761	33
	Cursos1C	35.67	21.417	33
	Cursos2C	45.61	48.893	33

Fonte: Elaboração própria

Da análise da Tabela 2, verifica-se que o *cluster 3* aparenta mostrar valores médios das várias variáveis referentes à dimensão bastante superiores aos valores apresentados pelos outros dois grupos. Com o intuito de conhecer se há igualdade de médias para os diversos *clusters* nas variáveis em análise, foi empreendida a análise de variância, cuja hipótese nula postula a igualdade de médias dos 3 grupos em simultâneo (Tabela 3). Como se pode verificar, os valores obtidos permitem rejeitar a hipótese nula para todas as variáveis, o que leva a concluir que há efetivas diferenças de dimensão entre os *clusters* obtidos.

Tabela 3. Análise de variância para as variáveis em estudo, assumindo 3 *clusters*

Teste de igualdade de médias – ANOVA

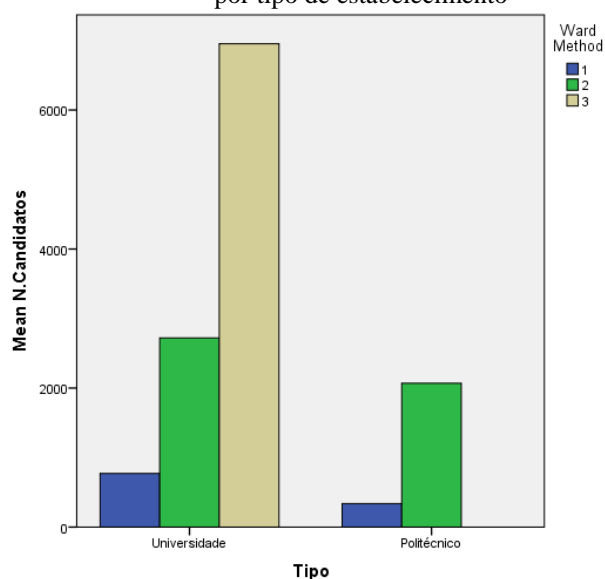
	Wilks' Lambda	F	df1	df2	p-value
N.Vagas	0.203	59.007	2	30	0.000
N.Candidatos	0.056	253.677	2	30	0.000
N.Alunosinc1	0.178	69.193	2	30	0.000
N.AlunosinscT	0.116	114.377	2	30	0.000
N.Diplomados	0.120	109.665	2	30	0.000
N.Docentes	0.109	122.322	2	30	0.000
Cursos1C	0.771	4.463	2	30	0.020
Cursos2C	0.234	49.076	2	30	0.000

Fonte: Elaboração própria

No sentido de apurar o que efetivamente é importante para distinguir estes 3 *clusters* obtidos, foi empreendida uma análise discriminante. De referir que os testes de homogeneidade de variâncias de grupos realçaram que a respetiva hipótese nula não é rejeitada com um nível de significância de 1%, o que valida os resultados obtidos (Box-M p-value=0.044). Neste sentido, os resultados da análise discriminante indicam que existe apenas uma variável com significância estatística do ponto de vista da discriminação entre grupos: Número de Candidatos (*cf.* Gráfico 1).

Assim, pode-se concluir que o que distingue os grupos de IES obtidos será a capacidade de atração de alunos das mesmas, sendo de evidenciar que o grupo 3 apresenta valores médios de atração (número de candidatos) superiores a qualquer um dos restantes grupos. De referir ainda que a análise discriminante efetuada revela que, com as equações discriminantes obtidas, é obtida uma taxa de 100% de casos corretamente classificados.

Gráfico 1: Média da Variável Número de Candidatos, por *cluster* e por tipo de estabelecimento



Fonte: Elaboração própria

Considerações finais

A análise de dados efetuada e os resultados obtidos, permitem tecer algumas considerações e elaborar conclusões, que se enunciam:

- apenas estão disponíveis variáveis que refletem a dimensão das IES, pelo que as conclusões acerca das similitudes só são válidas para esta característica;

- a não inclusão da variável dos 3º ciclos, que à partida distingue as universidades dos institutos politécnicos, limita a capacidade de identificar dissemelhanças entre as instituições analisadas;
- o facto de o sistema de ensino superior ser regulado por um mecanismo de *Numerus Clausus*, atribuído a cada instituição, que determina a diferença no número de vagas e na estrutura da oferta de formações, parece remeter para um “mercado” em que a oferta cria a sua própria procura. Contudo, o facto de a variável que mais distingue estes grupos ser o Número de Candidatos a cada IES leva a acrescentar que os fatores de atração dos estabelecimentos de ensino superior são relevantes, os quais estão associados, entre outros, à notoriedade das instituições, à densidade populacional nas regiões próximas das IES (a procura de ensino superior é cada vez mais regional) e à estrutura da oferta formativa (uma vez que os candidatos ao ensino superior são pragmáticos e, na hora de escolher o respectivo curso consideram na análise os níveis de empregabilidade associados com o mesmo). Estudos anteriores revelaram evidência neste domínio (Rego & Caleiro, 2004; Vieira & Vieira, 2014);
- verifica-se que a dimensão das IES e os *clusters* formados de acordo com este critério, estão de acordo com estudos anteriores das autoras que distinguem o nível de desenvolvimento do país em diversos *clusters* (Rego *et al.*, 2014), sendo que as IES de maior dimensão se localizam nas regiões onde a densidade populacional e as áreas urbanas são mais relevantes enquanto que as de menor dimensão se localizam ao longo de todo o país, predominantemente nas áreas de baixa densidade que caracterizam uma grande parte de Portugal, de norte a sul (exceptuam-se desta generalização as escolas especializadas numa determinada área de estudos). Assim, podemos dizer que as IES são um espelho do território onde se inserem.

Em termos de desenvolvimentos futuros, as autoras sugerem continuar esta análise incluindo novas variáveis, tais como orçamento, internacionalização, investigação, extensão e número de funcionários não docentes, entre outros, no sentido de melhor conhecer e caracterizar o sistema público de ensino superior português e tornar mais robustas as análises efectuadas, com o objectivo de adequar, de forma mais eficiente, a política de ensino superior ao objectivo do desenvolvimento do território.

Referências bibliográficas

- Amaral, A., & Magalhães, A. (2007). Market competition, public good and institutional governance. *Higher Education Management and Policy*, 19(1), 1-14.
- Bergan, S. (Ed.). (2011). *Not by bread alone* (Vol. 17). Council of Europe.
- Bundt, C. (2000). *Universidade: mudanças e estratégias de acção*. Dissertação Mestrado em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Caffrey, J., & Isaacs, H. H. (1971). *Estimating the Impact of a College or University on the Local Economy*.
- CNE-Conselho Nacional de Educação (2013). *Autonomia e Governança das Instituições Públicas de Ensino Superior*. Lisboa. ISBN:978-972-8360-81-8.
- Drucker, J., & Goldstein, H. (2007). Assessing the regional economic development impacts of universities: a review of current approaches. *International regional science review*, 30(1), 20-46.
- Fernandes, J. (2009). *O impacto económico das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho.
- Fielden, J. (2008). *Global trends in university governance*. The World Bank Education Working Paper Series, 9.
- Fonseca, M., & Encarnação, S. (2012). *O sistema de ensino superior em Portugal em mapas e números*. Lisboa: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.
- Lei 62/2007, de 10 de setembro. *Diário da República N.º 174 – I Série*.
- Mourato, J., Pereira, C., & Alves, J. (2012). *A contribuição das instituições do ensino superior politécnico para o desenvolvimento regional: o caso do IPPortalegre*. Notas de uma pesquisa em curso. Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, 6 e 7 de Dezembro.
- OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2003). *Education Policy Analyses. Changing Patterns of Governance in Higher Education*.
- OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2007). *Higher education and regions: globally competitive, locally engaged*.
- OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2008). *Tertiary education for the knowledge society. Vol. 1, Special features: governance, funding, quality*.
- Rego, C., & Caleiro, A. (2004). *A atracção das Universidades em Regiões Economicamente Deprimidas: o caso da Universidade de Évora*. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 7(3), 19-40.
- Rego, C., Caleiro, A., Vieira, C., Vieira, I., & Baltazar, M. S. (Eds.) (2013). *Redes de Ensino Superior: Contributos Perante os Desafios do Desenvolvimento*. Universidade de Évora: CEFAGE-UE. ISBN: 978-989-20-4215-2.
- Rego, C., Ramos, I.J, Oliveira, M. M., Lucas, M.R., & Baltazar, M. S. (2014). *Diferenças de Desenvolvimento Intra-regional em Portugal? Uma Abordagem Multivariada*. 20th APDR

- Congress, 10-11 de Julho, Universidade de Évora, pp. 686-695. ISBN: 978--989--8780-0-1--0
- Rolim, C., & Serra, M. (2009). Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. *Revista de Economia*, 35(3).
- Trigueiro, M. (1995). “Em busca da Qualidade na UnB”. Brasília: *Jornal da UnB*, nº 14.
- Urbano, C. (2011). A (id) entidade do ensino superior politécnico em Portugal: da Lei de Bases do Sistema Educativo à Declaração de Bolonha. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (66), 95-115.
- Vieira, C., & Vieira, I. (2014). What drives university applications? An attempt to explain aggregate demand for higher education. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 36(6), 616-631.
- World Bank Group (2011). *Aprendizagem para Todos – Estratégia 2020 para a Educação (Resumo Executivo)*, Whashintgon: WBG.
- Yserte, R., & Rivera, M. (2008). The impact of the university upon local economy: three methods to estimate demand-side effects. *The Annals of Regional Science*, (29).